



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2023-0082
BI-2023-0076

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 13/07/2023 **Hora:** 9:55 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: Elisabete R. Santos

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 17/2021/A, de 8 de julho, no âmbito do plano de atividades.

No local foi contactada a Sr.ª Marina de Fátima Lima Relva, coordenadora do CPR de São Jorge e a Eng.ª Luísa Brasil Peixoto Lourenço, coordenadora da Equiambi.

A instalação foi inspecionada em 2022/02/15, relatório INSP-2022-0018 e notificação SAI-N-2022-0058, de 2022-05-18.

O consórcio, constituído pelas empresas Equiambi – Equipamento, Serviços e Gestão Ambientais, Sociedade Unipessoal, Lda. e Ambigroup Resíduos, S.A., é detentor do alvará de licença nº 9/DRA/2020, renovação do alvará de licença nº 2/DRA/2014.

Foi realizada visita às instalações, foram solicitados esclarecimentos sobre aspetos ambientais, nomeadamente: receção e controlo, separação, armazenamento e encaminhamento de resíduos, águas residuais, entre outras obrigações ambientais.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firmas/nome:	Equiambi - Equipamento, Serviço e Gestão Ambientais, Sociedade Unipessoal, Lda. Ambigroup Resíduos, SA.	NIPC/NIF:	512044465 505371359
Sedes/morada:	Estrada do Pico Castelhana S N Chã do Rego D' Agua Quinta do Lamas, Rua Projetada à Estrada da Paíã		
Código Postal:	9560-301 1690-013	Freguesia:	Cabouco Pontinha e Fanhões
Concelho:	Lagoa	Ilha:	São Miguel



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Centro de Processamento de Resíduos e de Valorização Orgânica da ilha de São Jorge

Endereço: Estrada Regional, nº 1/2, km 30

Código Postal: 9850-030 **Freguesia:** Calheta

Concelho: Calheta **Ilha:** São Jorge

Atividade principal: 38322 - Valorização de resíduos não metálicos

Outras atividades:

Período de funcionamento: Das 7:00 `horas às 17:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

Licenciamento da atividade: Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos N.º 9/DRA/2020.

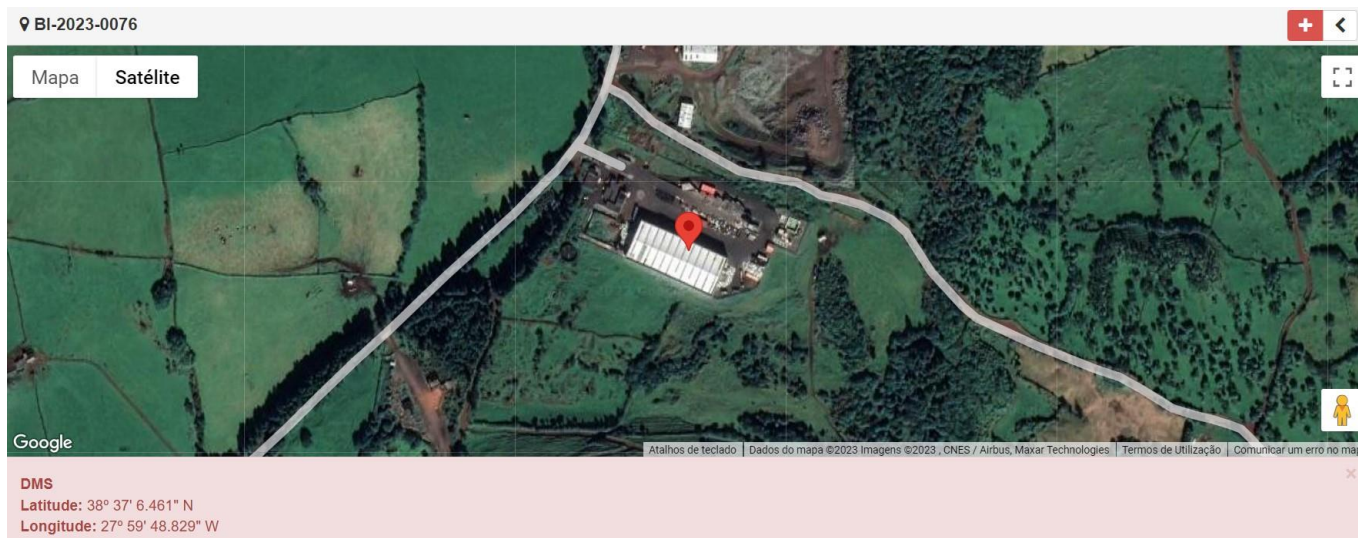


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

O estabelecimento é composto por um ecocentro, um centro de valorização orgânica e instalações de apoio, com capacidade instalada de 20 000 toneladas ano, podendo realizar as operações de gestão de resíduos com os códigos R3, R12, R13, D13 e D15 (conforme os anexos I a IV do Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro).

O ecocentro tem contentores para as várias tipologias de resíduos e não tem cobertura. O centro de valorização orgânica, além da triagem, do armazenamento e do tratamento de matéria orgânica de origem doméstica e florestal por biodegradação aeróbia, pode realizar operações de triagem e armazenagem de outras tipologias de resíduos. As instalações de apoio incluem, a portaria, o edifício administrativo, a báscula, a unidade de lavagem de rodados, o parque de viaturas e de contentores, a oficina, a ETAL e estação de transferência de resíduos.

O consórcio é contratualmente obrigado à receção de todas as tipologias de resíduos entregues na instalação, optando pela operação de gestão a realizar, desde que cumpra com as normas legais vigentes.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Balneários, wc e refeitório	ETAL – não funciona	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	Pavimento, nave de compostagem, escoamento do armazenamento de refugo e composto no exterior.	ETAL – não funciona	Solo

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração, a ETAL não funciona.
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Licença de descarga de águas residuais AR/2020/03
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	A ETAL não funciona.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Não há dados a enviar, uma vez que não fazem autocontrolo de acordo com a licença.
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	Não há funcionamento da ETAL.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não cumprido	Não conhecem o ponto de descarga; Não cumprem com o ponto 17 da licença: a) controlo das variáveis do processo ETAL; b) programa de manutenção.
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	ETAL não funciona, não produz lamas.
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

Fotos:



foto 1- Estação elevatória da ETAL



foto 2- Tanque de arejamento da ETAL sem funcionar



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



foto 3- Decantador da ETAL sem funcionar.



foto 4- Sistema de adição de produtos químicos, sem os componentes de armazenamento.

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

A admissão de resíduos é realizada na portaria pelo funcionário, que verifica os resíduos, pesa e regista em programa informático.

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento ^(a)

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	18.38 Toneladas	R 13	----
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	380.82 Toneladas	R 3 e R 13	----
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	----	----	----
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	3782.71 Toneladas	R 3, R 12 e R 13	----

^(a)-Dados extraídos do mapa do SRIR 2022

O Sistema de desodorização foi desmantelado, e o local utilizado para depósito do composto resultante do processo de valorização orgânica. O lixiviado que resulta da degradação deste produto misturado com a água da precipitação, escorre para as vias de comunicação internas e é recolhido pelo sistema de recolha de águas pluviais, seguindo para poço absorvente sem qualquer tratamento, segundo a planta da rede de águas que foi remetida.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

5.1.3 – Principais origens dos resíduos^(a)

Nome	Obs.
Câmara Municipal de Velas	Total entregue: 2083.58 Ton. (49.82% dos resíduos recebidos) -20 03 01 – 1 490.26 Toneladas; -15 01 07 – 174.70 Toneladas; -15 01 06 – 174.38 Toneladas; -15 01 01 – 151.34 Toneladas; -20 01 35* – 29.18 Toneladas; -20 01 40 – 20.16 Toneladas; -20 03 07 – 16.80 Toneladas; -20 01 39 – 14.60 Toneladas; -20 01 10 – 2.82 Toneladas; -20 01 02 – 2.42 Toneladas; -(...) menos que 2 toneladas.
Câmara Municipal da Calheta	Total entregue: 1813.16 Ton. (43.36% dos resíduos recebidos) -20 03 01 – 1 141.20 Toneladas; -17 02 03 – 182.38 Toneladas; -15 01 06 – 142.34 Toneladas; -15 01 07 – 97.44 Toneladas; -15 01 01 – 95.46 Toneladas; -20 02 01 – 45.80 Toneladas; -20 01 40 – 25.90 Toneladas; -20 01 38 – 16.42 Toneladas; -20 01 35* – 15.24 Toneladas; -20 01 39 – 12.01 Toneladas; -20 03 07 – 8.90 Toneladas; -16 01 03 – 6.80 Toneladas; -20 01 10 – 5.66 Toneladas; -20 01 36 – 3.58 Toneladas; -20 01 25 – 2.94 Toneladas; -15 01 10* – 2.52 Toneladas; -(...) menos que 2 toneladas.
Associação de Agricultores da Ilha de São Jorge	Total entregue: 68.38 Ton. (1.64% dos resíduos recebidos) -02 01 04 – 68,38 Toneladas
HazorTop, Lda.	Total entregue: 35.36 Ton. (0.85% dos resíduos recebidos) -16 01 06 – 27.40 Toneladas; -16 01 04* – 6.22 Toneladas; -16 01 20 – 0.54 Toneladas; -16 01 07* – 0.32 Toneladas; -16 01 19 – 0.22 Toneladas; -16 01 17 – 0.18 Toneladas; -20 01 40 – 0.14 Toneladas; -20 01 38 – 0.10 Toneladas; -17 06 04 – 0.08 Toneladas; -20 01 11 – 0.06 Toneladas; -15 01 11* – 0.04 Toneladas; -15 02 02* – 0.04 Toneladas; -15 01 10* – 0.02 Toneladas.

^(a)-Dados extraídos do mapa do SRIR 2022

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade^(a)

LER	Designação	Quantidade	Destino
15 01 01	Embalagens de papel e de cartão	20.92 Ton. (0.68 % ^(b))	Euro Separadora Environment And Recycling, S.A.
15 01 07	Embalagens de vidro	437.22 Ton. (14.22 %^(b))	Maltha Glass Recycling Portugal, Lda.
16 01 03	Pneus usados	36.32 Ton. (1.18 % ^(b))	Varela e C ^a , Lda.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

LER	Designação	Quantidade	Destino
16 02 13*	equipamento fora de uso, contendo componentes perigosos	2.20 Ton. (0.072 % ^(b))	Varela e C ^a , Lda.
19 12 01	Papel e cartão	319.98 Ton. (10.41 %^(b))	Bracicla, Unipessoal, Lda. Ds Smith Recycling Portugal, S.A. Judite Maria Jesus Dias, Lda. Sociedade Comercial de Papel e Cortiça Amarelisa, Lda.
19 12 02	Metais ferrosos	184.95 Ton. (6.02 %^(b))	BIOAÇORES - Biocombustíveis e Energias Alternativas, Lda. Constantino Fernandes Oliveira & Filhos S.A. Metais Jaime Dias, S.A. Riosoares Comércio e Reciclagem de Metais, Lda
19 12 04	Plástico e borracha	690.84 Ton. (22.47 %^(b))	BIOAÇORES - Biocombustíveis e Energias Alternativas, Lda. Ecoiberia - Reciclados Ibéricos, S.A. Extruplás - Reciclagem, Recuperação e Fabrico de Produtos Plásticos, Lda. Glopol Embalagens, Lda. Linhambiente, S.A. Micronipol - Micronização e Reciclagem de Polímeros, S.A. Sirplaste - Sociedade Ind. de Recuperados de Plástico, S.A. TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
19 12 07	Madeira não abrangida em 19 12 06*	17.08 Ton. (0.56 % ^(b))	TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
19 12 12	Outros resíduos (incluindo misturas de materiais) do tratamento mecânico de resíduos, não abrangidos em 19 12 11*	1 282.95 Ton. (41.72 %^(b))	Francisco Marques Rodrigues, S.A. TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
20 01 23*	Equipamento fora de uso contendo clorofluorocarbonetos	16.53 Ton. (0.54 % ^(b))	Ambigroup Reciclagem, S.A. Veolia Gestão de Resíduos Portugal, Unipessoal, Lda.
20 01 36	Equipamento elétrico e eletrónico fora de uso	43.79 Ton. (1.42 % ^(b))	BIOAÇORES - Biocombustíveis e Energias Alternativas, Lda.
20 01 40	Metais	22.02 Ton. (0.71 % ^(b))	BIOAÇORES - Biocombustíveis e Energias Alternativas, Lda.

^(a)-Dados extraídos do mapa do SRIR 2022. Total encaminhado 3 074,795 Toneladas. ^(b)- Do total de resíduos encaminhados.

Foram produzidas 320 toneladas de composto orgânico, com destino à armazenagem.

O refugo, que está armazenado para encaminhamento para a TERAMB, é armazenado em rolos espalhados pelo CPR, incluindo o terreno utilizado para a armazenagem de verdes.

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Tem resíduos armazenados sem identificação e resíduos armazenados em local com identificação trocada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	Não foram detetados RCD
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Submeteu o mapa referente a 2022 em 2023-02-27. Erros no preenchimento do mapa como o envio de resíduos para a SPV ou para "Loures".
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	Não fazem desmantelamento. Durante a inspeção, foi verificada a presença de um VFV Fiat Punto, de matrícula 81-61-PQ. O certificado de destruição de VFV, está datado de 2023/04/26, emitido pela empresa Bioaçores, Lda. sob a licença 21/DRAAC/2022, nas instalações de São Miguel. No entanto, a viatura em 2023-07-13, não estava desmantelada, e encontrava-se em São Jorge. Foram enviadas duas folhas de trabalho, da viatura em causa, de despoluição e de desmantelamento. As datas que constam das mesmas são datas limites, não estando anotado a data em que a viatura foi descontaminada.
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DLR 24/2012/A e DL 152-D/2017	Cumprido	Faz recolha e encaminha para o OGR Bioaçores, Lda.
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Todas as áreas de gestão devem estar devidamente delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido parcialmente	Nem todas as áreas de gestão de resíduos encontram-se devidamente delimitadas e identificadas por tipologia de operação.
f) Todos os contentores utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	
g) Os resíduos perigosos líquidos devem ser armazenados em contentores estanque de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção, existindo no local equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	
h) É proibida a mistura entre diferentes categorias de resíduos perigosos, bem como de resíduos perigosos com outras categorias de resíduos, substâncias ou materiais, sendo expressamente proibida a diluição de substâncias perigosas.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	
i) Os resíduos perigosos devem ser armazenados separadamente dos resíduos não perigosos.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	
j) Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos devem ser embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	Verificado no armazenamento.
k) Devem ser cumpridas as obrigações legais aplicáveis em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, e manterem boas condições de limpeza, de acessibilidade e de segurança, quer as vias de circulação interna, quer as demais infraestruturas e equipamentos.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Não verificado	
l) A instalação deve estar equipada com equipamentos de combate a incêndios. Todos os extintores existentes devem estar validados e instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Não verificado	
m) Devem ser previstos circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Não cumprido	Não estão previstos circuitos específicos.
n) Todas as áreas de armazenagem de matérias primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações, devem estar identificadas e delimitadas.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Não cumprido	Existem áreas não delimitadas nem identificadas.
o) Devem existir estruturas e dispositivos que impedem o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se mantém fechado fora das horas de atendimento.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido parcialmente	A vedação está aberta em algumas zonas.
p) Deve estar afixado um painel, em lugar bem visível do exterior da instalação, onde consta, nomeadamente a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos telefónicos e eletrónicos dos responsáveis pela instalação.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	
q) A instalação deve estar dotada de um sistema de pesagem com báscula para quantificar e registar os resíduos admitidos.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
r) A descarga de águas deve estar devidamente autorizada e deve cumprir com as condições exigidas	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido parcialmente	Não cumpre com a condição 14, 15, 16 e 17 do TURH, alvará n.º AR/2020/03.
s) Devem ser fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	
t) Deve ser mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido parcialmente	O destino não deve ser o CPR, mas sim para onde irá ser encaminhado a partir do CPR.
u) Deve ser efetuado o registo no Sistema Regional de Informação sobre Resíduos (SRIR) conforme o disposto no artigo 160.º e seguintes do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	
v) O transporte de resíduos deve cumprir com as regras previstas no Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro e na Portaria n.º 1879/2017, de 19 de dezembro. O transporte de resíduos abrangidos pelos critérios de classificação de mercadorias perigosas deve ainda obedecer à regulamentação de transporte de mercadorias perigosas por estrada.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	Não verificado relativamente à regulamentação de transporte de mercadorias perigosas por estrada.
w) Caso aplicável, a colocação do composto no mercado deve cumprir o estipulado no Decreto-Lei n.º 103/2015, de 15 de junho, que estabelece as regras a que deve obedecer a colocação no mercado de matérias fertilizantes.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Não aplicável	Não colocam no mercado composto.
x) Poderão ser exercidas atividades diferentes daquelas que constituem objeto da licença, desde que sejam atividades acessórias ou complementares às operações de gestão de resíduos e subprodutos, carecendo sempre dos procedimentos administrativos necessários.	Ponto 4 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Não aplicável	
5.1 <u>Relatório de Atividades e Contas</u> : Devem remeter à DRAAC, até ao final de maio do ano seguinte àquele a que diz respeito.	Ponto 5.1 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	Relatório de 2022, enviado por e-mail em 2023-05-31.
5.2 <u>Plano de Atividades e Orçamento de Receitas e Despesas</u> : Devem remeter à DRAAC, até ao final de setembro de cada ano, o plano para o ano seguinte.	Ponto 5.2 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	Plano para 2023, enviado por e-mail em 2023-07-17.
5.3 <u>Registo de Entradas e Saídas</u> : Devem remeter à DRAAC, mensalmente, o registo de entradas e saídas de resíduos da instalação.	Ponto 5.3 do Alvará OGR n.º 9/DRA/2020	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Fotos:



foto 5- Depósito de composto, com o líquido a escorrer para a rede de águas pluviais.



foto 6- Mistura de resíduos



foto 7- Mistura de resíduos espalhados pelo CPR



foto 8- Mistura de resíduos espalhados pelo CPR



foto 9- Resíduos armazenados nas vias, delimitados por rolos de refugo danificados.



foto 10- Falta de vedação. Zona de pneus usados não delimitada.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



foto 11- Áreas não delimitadas

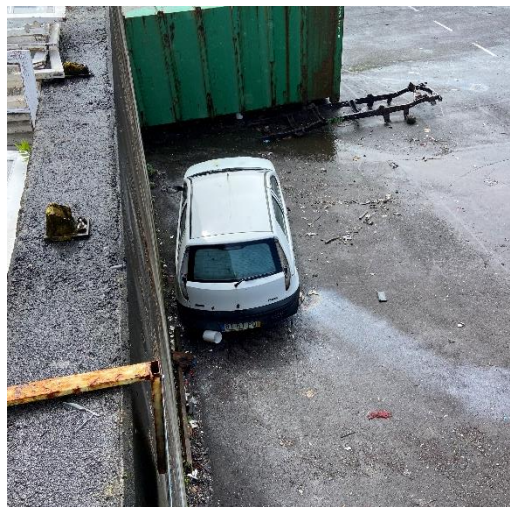


foto 12- VFV, com matrícula cancelada em São Miguel, pelo OGR Bioaço, Lda.



foto 13- Passagem para a zona de depósito de verdes. No local, madeiras com tintas, composto não triado e rolos de refugo.



foto 14- Composto não triado, e máquina de triagem, depositado na zona de verdes.



foto 15- Rolos de refugo na zona de verdes.



foto 16- Rolos de refugo nas vias.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente



foto 17- Rolos de refugo em zona de plásticos.



foto 18- Rolos de refugo armazenados um pouco por todo o CPR.

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
----	----

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
----	----	----	----

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	2 Mitsubishi Modelo MSZ-GE25VA 2 Mitsubishi Modelo MSZ-GE35VA	R410-A
5 ≤ TECO ₂ < 50	----	
50 ≤ TECO ₂ < 500	----	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ ≥ 500	----	

* TECO₂ – tonelada equivalente de CO₂

7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)
----	----		

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	----	

7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Sem recetores sensíveis na envolvente	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	Não foi realizada avaliação acústica, no âmbito do licenciamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não verificado	Não foi realizada avaliação acústica.

9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não verificado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido	Pest Kil - Controlo Integrado de Pragas, Unipessoal, Lda.

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	

9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Apólice PA18MA0254, da AIG Europe, S.A.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (Alvará n.º AR/2020/03), em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do nº 3 do art.º 81º do Decreto-Lei 226-A/2007, de 31 de maio;
- b) Lançar, depositar ou, por qualquer outra forma direta ou indireta, introduzir nas águas superficiais, subterrâneas ou nos terrenos englobados nos recursos hídricos qualquer substância ou produto sólido, líquido ou gasoso potencialmente poluente, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do nº 3 do art.º 81º do Decreto-Lei 226-A/2007, de 31 de maio;
- c) O incumprimento das normas de armazenagem e triagem de resíduos, em violação do disposto no artigo 33.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, conforme descrito no ponto 5.2.1. alínea c), configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea ii) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- d) O preenchimento incorreto dos mapas de registo de resíduos no SRIR referente a 2022, bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- e) O cancelamento da matrícula e/ou a emissão do certificado de destruição pelo centro de receção ou desmantelamento de veículos em violação do disposto no artigo 41.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea p) do n.º 2 do artigo 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho;
- f) Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do n.º 2 do art.º 229.º do diploma citado, nomeadamente as condições fixadas nas alíneas e), m), n), o), r) e t) do n.º 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos n.º 9/DRA/2020.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

11 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Envio do relatório à Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, para conhecimento.